



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



5 ANOS DO REAL

Estabilidade e Desenvolvimento

Julho de 1999

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

5 ANOS DO REAL
ESTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO

JULHO DE 1999

Brasil. Presidente (F.H. Cardoso)

5 Anos do Real. Estabilidade e Desenvolvimento.— Brasília: Presidência da República, 1999.

66 p.: il. — (Coleção Documentos da Presidência da República)

1. Plano Real — Brasil. 2. Política Econômica — Brasil.
I. Título. II. Série

CDD 330.981

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
ECONOMIA	09
Inflação	11
Crescimento	14
Incentivos à Produção	17
Salário Mínimo e Rendimentos	25
Emprego	26
Consumo e Qualidade de Vida	30
Política Fiscal e Reformas Estruturais	36
Programa de Privatização	41
Setor Externo	45
AVANÇOS SOCIAIS	49
Educação	51
Saúde	60
Previdência Social	64
Reforma Agrária	66

APRESENTAÇÃO

Há cinco anos surgia o Plano Real. O Brasil começava a mudar. São expressivas as realizações econômicas e as conquistas sociais nesse curto período.

O Real foi o grande divisor de águas de nossa economia. Antes dele havia recessão, inflação e concentração de renda. A partir dele tivemos estabilização, crescimento e distribuição de renda.

Consolidamos a estabilização, que distribuiu a renda que a inflação concentrara. Nos 12 meses anteriores à implantação do Real, a inflação alcançou 5.200%. Nos 12 meses encerrados em maio de 1999, a inflação ficou próxima de 3,2%, se olharmos os índices nacionais de preços ao consumidor. Mas houve até uma deflação de 0,24% no mesmo período em São Paulo. A persistente queda da inflação nos últimos cinco anos sofreu breve interrupção apenas no primeiro trimestre de 1999, provocada pela mudança da política cambial. Mas a liberação do câmbio não resultou em aumento contínuo e generalizado de preços.

O Real promoveu estabilização com crescimento. Tivemos seis anos consecutivos de crescimento real do PIB. Isso não ocorria desde o final dos anos 70. Entre 1994 e 1998, o PIB cresceu à taxa média anual de 3,3%. Em contraste, nos quatro anos que antecederam o Real, a taxa foi próxima de zero (0,3%).

Conseguimos provar que a boa gestão macroeconômica não é incompatível com a melhoria da situação social. Mais de dez milhões de brasileiros foram incorporados ao mercado de consumo em consequência do processo de estabilização dos preços.

Ao contrário do que muitos pensavam, uma importante razão para o crescimento econômico foi o aumento do rendimento médio real dos trabalhadores. Esse rendimento cresceu 26% com a implantação do Plano Real, considerando-se a média dos períodos pré e pós-Plano.

Além disso, houve aumento muito significativo do poder de compra do salário mínimo. Em 1994, um salário mínimo comprava pouco mais de metade da cesta básica, e em maio de 1999 adquiria pouco mais de uma cesta básica. Desde o início do Real, o salário mínimo aumentou

aproximadamente 110%, enquanto que a cesta básica teve aumento de apenas 14%. Isso se refletiu em maiores ganhos de bem estar para os assalariados.

Apesar desses êxitos econômicos e na área social, continuamos a enfrentar grandes desafios. É preciso fazer esforços ainda maiores para alcançar o equilíbrio fiscal, a fim de garantir um crescimento econômico sustentado, alcançar reduções significativas na taxa de desemprego e também aumentar a eficácia do gasto público, sobretudo na área social, trazendo, assim, maiores benefícios à população. O caminho percorrido nestes cinco anos e alguns resultados mais recentes demonstram que estamos no rumo certo.

A taxa de desemprego, depois de elevar-se de 5,6% em 1997 para 7,6% em 1998, praticamente não aumentou de 1998 para maio de 1999, quando a taxa foi de 7,7%.

O setor agrícola deverá exibir safra recorde de grãos em 1999, da ordem de 81,4 milhões de toneladas. O programa de privatizações, que já gerou receitas de cerca de US\$ 70 bilhões, continua a avançar com êxito e já traz ganhos concretos para a população. O preço de uma linha telefônica, por exemplo, caiu de cerca de R\$ 1.100,00 em agosto de 1994, para R\$ 55,00 em junho de 1999. A produção nacional de petróleo, que já superou a marca de 1 milhão de barris diários, deverá crescer ainda mais com o fim do monopólio de exploração em junho de 1999.

Nestes cinco anos tivemos que enfrentar um quadro internacional adverso, com o surgimento de três crises econômicas externas de graves proporções (a mexicana, a asiática e a russa). Essas crises tiveram como seqüelas mais visíveis o aumento das taxas de desemprego e a elevação do déficit fiscal.

Em janeiro de 1999 o Brasil viveu um período de sérias dificuldades econômicas, com expressiva saída de divisas, elevação súbita e acentuada das cotações do dólar e fortes aumentos de preços no atacado. Este contexto de graves adversidades foi superado de forma mais rápida e mais sólida do que o esperado, tanto por nós quanto pelos investidores internacionais. Retomamos a confiança e o crédito de nossos principais parceiros econômicos.

Nossa economia demonstrou maior capacidade de recuperação diante de choques externos em comparação com outros países. Isso se deve a um conjunto de fatores. Nosso sistema financeiro havia passado por um importante programa de reestruturação. Tivemos um bom desempenho recente na área fiscal, com expressivos superávits primários. A inflação manteve-se baixa, vencida a fase de excessiva desvalorização ocorrida durante a mudança na política cambial. Pudemos então promover uma queda gradual e consistente nas taxas de juros. Nossas decisões firmes e transparentes, além do respeito aos contratos e às instituições, levaram o setor privado a dar seguimento à reestruturação produtiva já em curso. Esse processo de mudanças, estimulado pela estabilização, abertura comercial e recuperação do planejamento de mais longo prazo, vem gerando expressivos ganhos de produtividade.

Ao longo do próximo ano, novos mecanismos de defesa da moeda nacional estarão implementados. A política econômica será estruturada com base no sistema de metas de inflação, a ser monitorado pelo Banco Central. Tal diretriz conferirá à formulação da política monetária uma nova feição institucional, consolidando seu objetivo primordial de defender a estabilidade do Real, valor que toda a sociedade brasileira aprendeu a apreciar e quer preservar.

A manutenção de uma política econômica prudente, ou seja, voltada para um crescimento econômico coerente com as metas de inflação, bem como de uma política fiscal consistente, ou seja, orientada para manter a dívida pública sob controle e assegurar uma gestão fiscal responsável, pavimentarão o caminho para a redução das taxas de juros, com o objetivo de criar um ambiente favorável aos investimentos produtivos.

Também é fundamental não perder de vista o desafio de implementar um novo modelo de gerenciamento do setor público. Esse modelo possibilitará ao mesmo tempo redução e aplicação mais proveitosa dos recursos voltados ao custeio da máquina pública. Assim, abrimos espaço para o financiamento dos investimentos estratégicos e para a elevação dos gastos sociais. É preciso continuar implantando programas sociais abrangentes, capazes de atender mais diretamente o conjunto da população e, sobretudo, os mais pobres.

Avançando na direção do novo modelo, o Governo Federal prepara-se para apresentar ao Congresso e à sociedade o Plano Plurianual-PPA para o período 2000-2003. O novo PPA foi estruturado com base na experiência bem sucedida do Programa Brasil em Ação. Este Programa inaugurou um modelo gerencial inovador para o setor público brasileiro. Está orientado inteiramente para resultados, com programas efetivamente voltados para a sociedade, passíveis de avaliação contínua, dotados de maior transparência e eficiência, por meio da responsabilização de gerentes por custos e resultados.

O novo modelo de gerenciamento do setor público implica também maiores estímulos à formação de parcerias entre Governo, iniciativa privada e organizações da sociedade civil. Tais parcerias desempenham papel de crescente relevância na superação de desafios em diversos campos: infra-estrutura econômica; desenvolvimento social; desequilíbrios regionais; meio ambiente; e ciência e tecnologia.

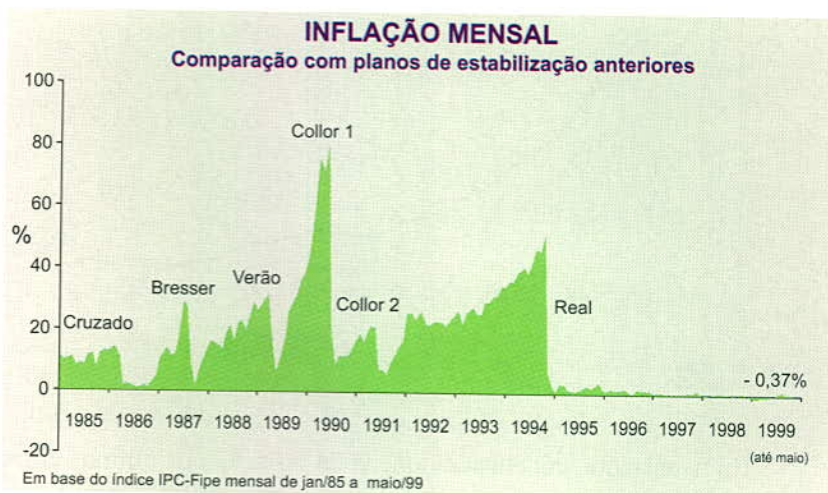
A consolidação das mudanças estruturais desencadeadas nos últimos anos e do novo modelo gerencial, bem como avanços na questão do financiamento da previdência social e no estabelecimento de uma estrutura tributária mais justa e favorável à competitividade, deixarão claro que o Brasil desfruta de um ambiente institucional cada vez mais maduro.

Cinco Anos do Real mostram um elenco de êxitos concretos: consolidação da estabilização econômica, com retomada do desenvolvimento e promoção de melhor distribuição de renda. Muito já fizemos. Mas ainda há muito mais a realizar. Preparamos o terreno. Plantamos a semente. A árvore já dá frutos. Nossa tarefa daqui para a frente é dupla: preservar as realizações e partir para novas conquistas.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

ECONOMIA

INFLAÇÃO



Antes do Plano Real

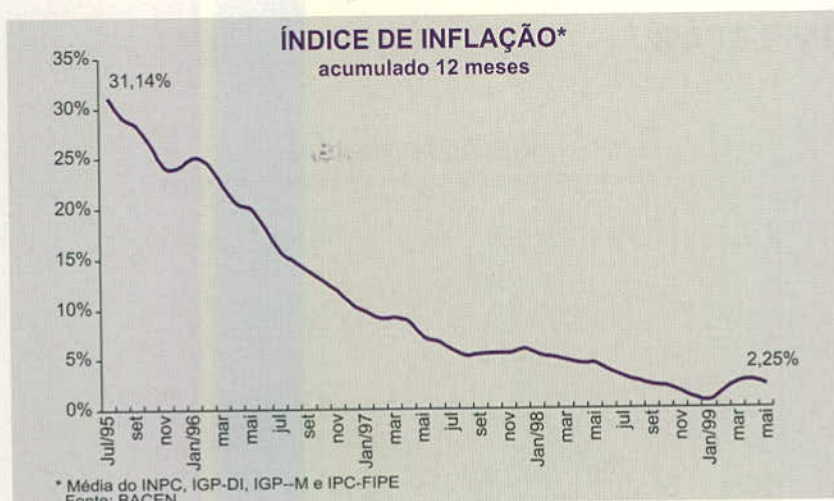
A inflação acumulada nos quatro anos que antecederam o Plano Real foi de aproximadamente 3.500.000%, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC calculado pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica - FIPE.

Nos 12 meses anteriores à implantação do Real, a inflação registrada pela FIPE alcançou 5.200%.

Depois do Plano Real

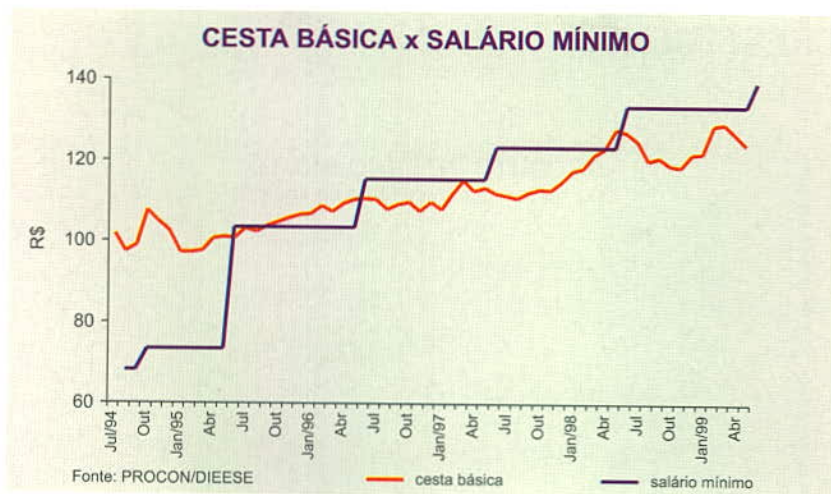
Nos 12 meses encerrados em maio de 1999, houve deflação de 0,24%, ou seja, uma queda nos preços médios praticados.

A inflação prevista para 1999, da ordem de 7%, segundo estimativas de consultores privados e do mercado financeiro, reflete a maior elevação dos preços ocorrida no primeiro trimestre, em consequência da mudança da política cambial e, sobretudo, da desvalorização cambial exagerada ocorrida em janeiro e fevereiro de 1999.



Há persistente tendência de queda da inflação nos últimos cinco anos, com breve interrupção no primeiro trimestre de 1999, provocada pela mudança da política cambial. A liberação do câmbio provocou um realinhamento dos preços relativos. No entanto, isso não resultou em aumento contínuo e generalizado de preços .

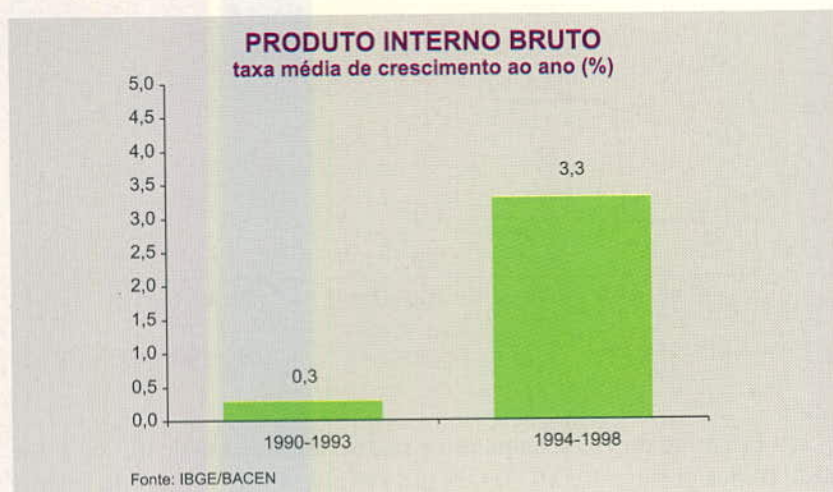
Esse resultado só foi possível graças à política monetária adotada e aos efeitos da abertura da economia, criando um novo padrão de concorrência no mercado interno. Tal mudança, além de ter gerado uma melhoria na qualidade e variedade dos produtos e serviços disponíveis ao consumidor, praticamente eliminou o repasse automático de pressões de custos aos preços.



Em julho de 1994, enquanto o salário mínimo era de R\$ 65,00, a cesta básica custava R\$ 102,00. Já em maio de 1999, o valor do salário mínimo era de R\$ 136,00, maior do que a cesta básica, que custava R\$ 124,20.

O gráfico demonstra que o valor do salário mínimo começa a ser maior do que o da cesta básica em maio de 1996. Desde o início do Real, o salário mínimo aumentou aproximadamente 110%, enquanto a cesta básica teve aumento de apenas 14%.

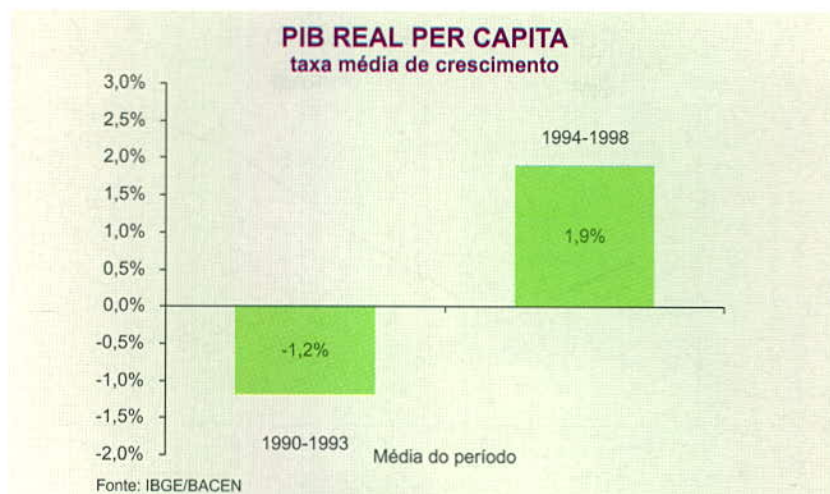
CRESCIMENTO



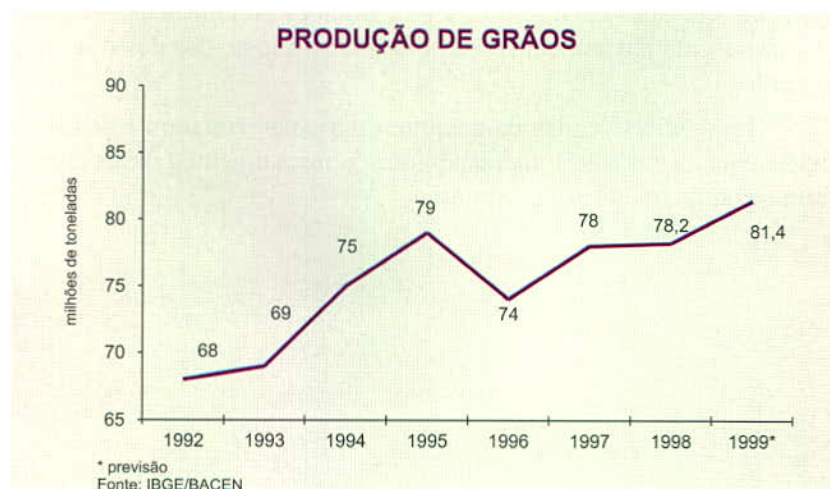
O Produto Interno Bruto cresceu 17% em termos reais entre 1994 e 1998, o que equivale a uma taxa de crescimento médio anual de 3,3%. Em contraste, o crescimento médio do PIB foi de apenas 0,3% nos quatro anos que antecederam o Real.

Em 1998 completaram-se seis anos consecutivos de crescimento do PIB, o que não ocorria desde o final da década de 70.

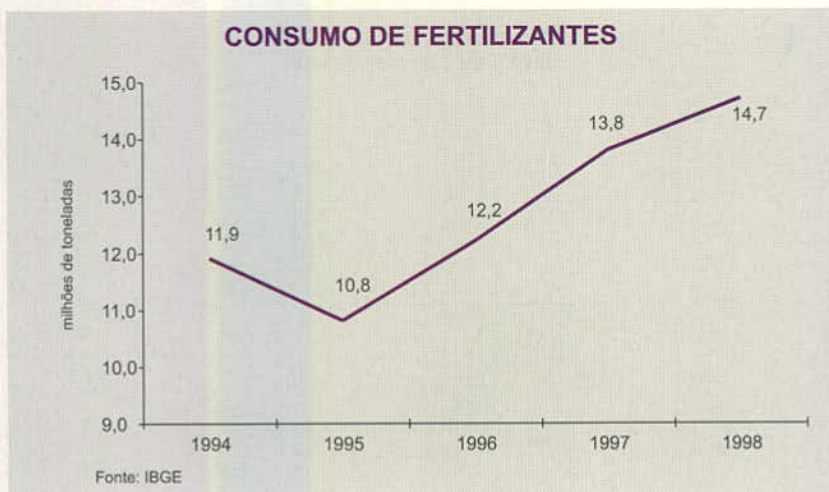
Entre 1990 e 1993, o crescimento negativo do PIB foi formado por dois anos de taxas positivas de crescimento (1991 e 1993) e outros dois anos de recessão (1990 a 1992), o que refletia o padrão de “gangorra”, que era a regra na década de 80 e no início da década de 90.



No período de 1994 a 1998, o PIB real per capita cresceu a uma taxa média de 1,9% ao ano, atingindo um patamar de R\$ 5.570,00 por habitante.



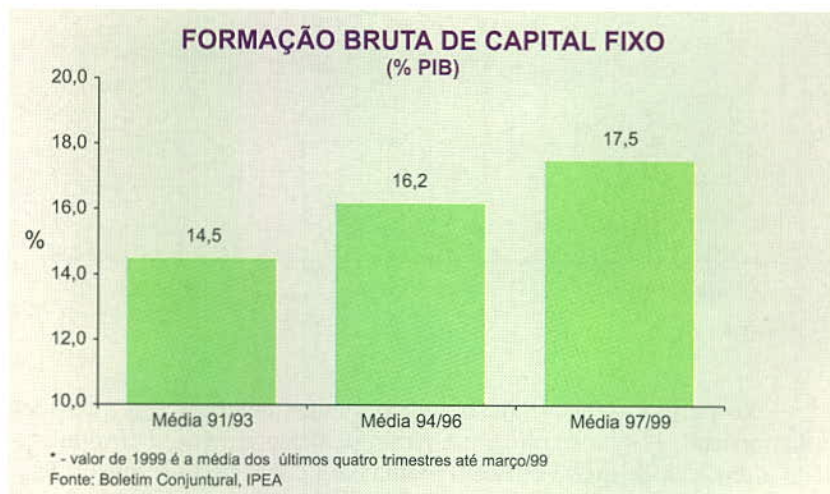
Ao longo do período de vigência do Real, a produção brasileira de grãos evoluiu de 75,2 milhões de toneladas em 1994 para 81,4 milhões de toneladas em 1999, refletindo principalmente as políticas do Governo adotadas para o setor agrícola.



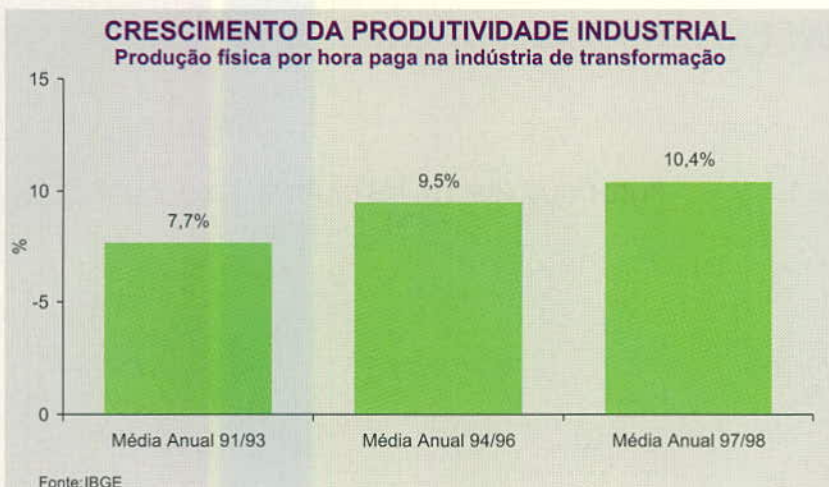
Crescente avanço tecnológico vem ocorrendo na agricultura. Um indicador disto é o consumo de fertilizantes, que evoluiu de 11,9 milhões de toneladas em 1994 para 14,7 milhões de toneladas em 1998. Isso representa um aumento superior a 5% ao ano no uso desse insumo agrícola.

Também as vendas de máquinas agrícolas voltaram a se elevar (após a queda em 1995), indicando que os investimentos rurais encontram-se numa trajetória de expansão.

INCENTIVOS À PRODUÇÃO



A elevação da taxa de investimento da economia, associada ao alongamento do horizonte de planejamento empresarial proporcionado pela estabilização, contribui para dar sustentabilidade ao crescimento do produto real.



No período 1994/1998, houve aumentos salariais sem pressões inflacionárias. Isso se explica, em parte, pelo incremento da produtividade industrial, de quase 10% em média naquele período, e que está associado à modernização tecnológica do parque industrial e à introdução de novas técnicas de administração empresarial.

INCENTIVOS À AGRICULTURA

A prioridade conferida pelo governo à agricultura após o Real pode ser avaliada por um conjunto de medidas, dentre as quais destacam-se:

a) *promoção do saneamento do setor rural*, mediante:

(i) a securitização e o alongamento da dívida dos agricultores, o que beneficiou cerca de 350 mil agricultores; e

(ii) o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), voltado para o refinanciamento das dívidas do setor cooperativista e para o financiamento de capital de giro e de investimentos, com recursos da ordem de R\$ 3 bilhões.

b) *redução do "Custo Brasil"*, destacando-se:

(i) a pré-fixação dos encargos financeiros do crédito rural, em substituição à Taxa Referencial; e

(ii) a desgravação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS nas exportações de produtos de origem rural, ampliando a competitividade da produção nacional.

c) *prioridade à pequena propriedade e à Reforma Agrária*, geradora de renda e emprego no campo, destacando-se:

(i) a ampliação do Programa de Reforma Agrária, que no período 1995/1998 promoveu o assentamento de cerca de 287 mil famílias, número superior ao realizado nos 30 anos anteriores;

(ii) a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, que ao longo do período 1995/98 beneficiou cerca de 1,5 milhão de famílias; e

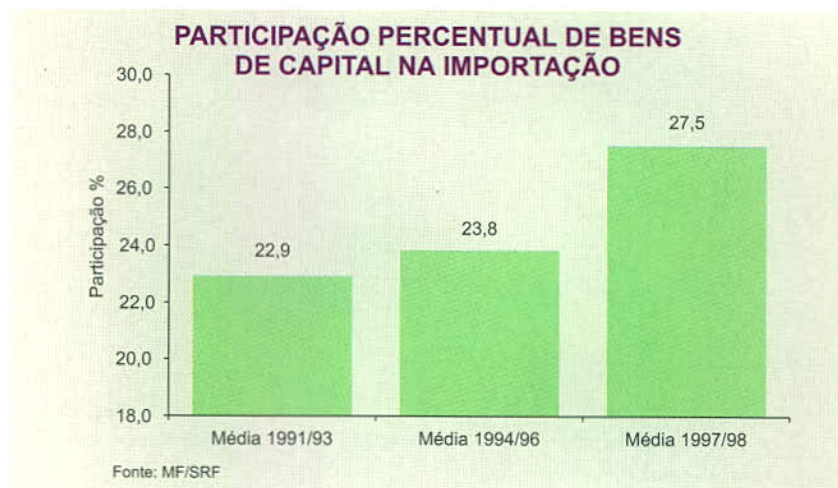
(iii) a criação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra), voltado para o reordenamento fundiário, cujas ações consistem na concessão de financiamentos para a aquisição de imóvel rural e investimento em infra-estrutura básica. No exercício de 1999, estão alocados cerca de R\$ 123 milhões.

O efeito das medidas governamentais citadas acima, ao recuperar níveis adequados de capitalização do setor rural, foi decisivo para o aumento consistente da produção agrícola, apesar da elevada volatilidade dos preços internacionais.

NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL

São as seguintes as principais medidas de política industrial adotadas após o Real:

- Adoção da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, que reduz os custos dos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para um patamar próximo àquele que vigora no mercado internacional, reduzindo drasticamente o custo do investimento no País.
- Apoio à reestruturação dos setores mais afetados pela abertura comercial, por exemplo, têxtil, calçados e autopeças.
- Implantação do Programa de Apoio às Exportações de Manufaturados (BNDES/EXIM) que opera com praticamente todos os setores exportadores por meio de linhas de financiamento competitivas internacionalmente.
- Adoção do Programa de Novos Pólos de Exportação (PNPE) em 14 Estados, que procura promover a interiorização do comércio exterior brasileiro.
- Implantação do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), que apóia a exportação de bens ou serviços nacionais com recursos do Tesouro Nacional por meio de duas modalidades:
 - a) financiamento direto aos exportadores (PROEX - Financiamento); e
 - b) pagamento de equalização de taxas de juros (PROEX - Equalização).
- Apoio à Pequena e Média Empresa. Programa criado com o objetivo de facilitar o acesso de microempresas e empresas de pequeno porte ao crédito de médio e longo prazos (através do FINAME).
- Fundo de Aval (destinado às Pequenas e Médias Empresas). Visa também à dinamização do acesso ao crédito, em especial para as empresas exportadoras.



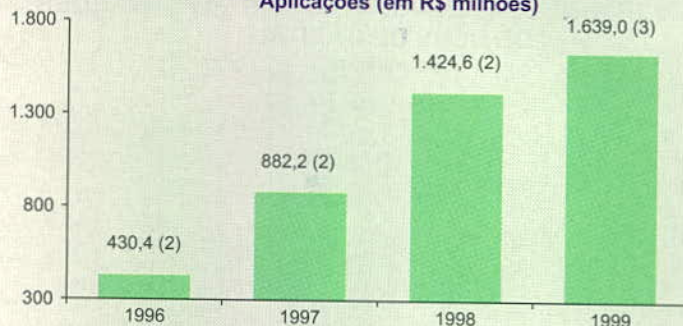
O aumento da participação dos bens de capital nas importações totais do País é um indicador da modernização do sistema produtivo e do crescimento da produtividade.



O expressivo incremento das vendas externas de produtos manufaturados, em 1997 e no início de 1998, mostrou que a reestruturação produtiva começava a gerar os primeiros frutos, em especial no início de 1997.

PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES - PROEX⁽¹⁾

Aplicações (em R\$ milhões)



(1) Inclui modalidade "Equalização de Taxas de Juros"

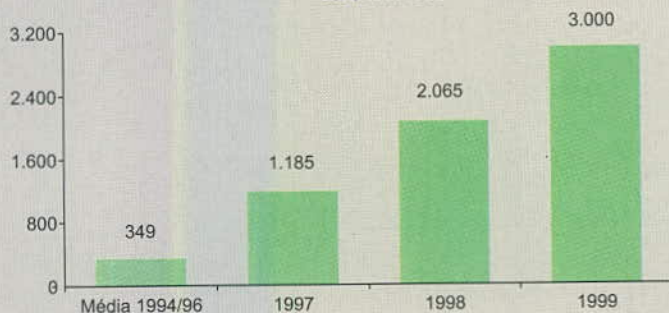
(2) Inclui desembolsos efetivos e compromissos potenciais

(3) Dotação orçamentária

Fonte: Banco do Brasil

O Programa de Financiamento às Exportações - PROEX procura oferecer ao exportador nacional as mesmas condições de financiamentos obtidas pelos nossos concorrentes, por meio de financiamentos diretos aos exportadores e pagamentos de equalização de taxas de juros.

**DESEMBOLSOS DO PROGRAMA DE CRÉDITO AO COMÉRCIO
EXTERIOR (BNDES-EXIM) NO APOIO ÀS EXPORTAÇÕES
DE BENS DE CAPITAL**
US\$ milhões

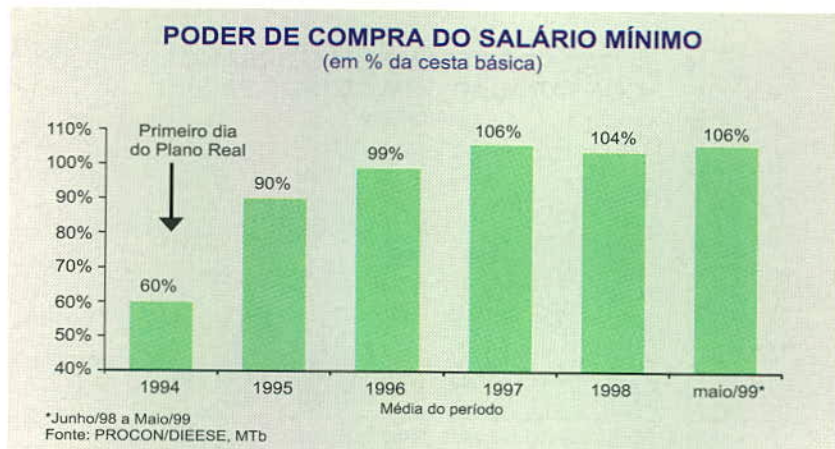


Fonte: BNDES

O programa BNDES-EXIM constitui mais um exemplo das iniciativas governamentais para redução dos custos de financiamento à produção e às exportações.

Os recursos destinados a este Programa de Apoio às Exportações de Bens de Capital têm tido crescimento muito expressivo. A média dos recursos de 1997 e 1998 representa 4,6 vezes a média dos recursos de 1994 a 1996. Além disso, os desembolsos previstos para 1999 superam em 45% os realizados em 1998.

SALÁRIO MÍNIMO E RENDIMENTOS



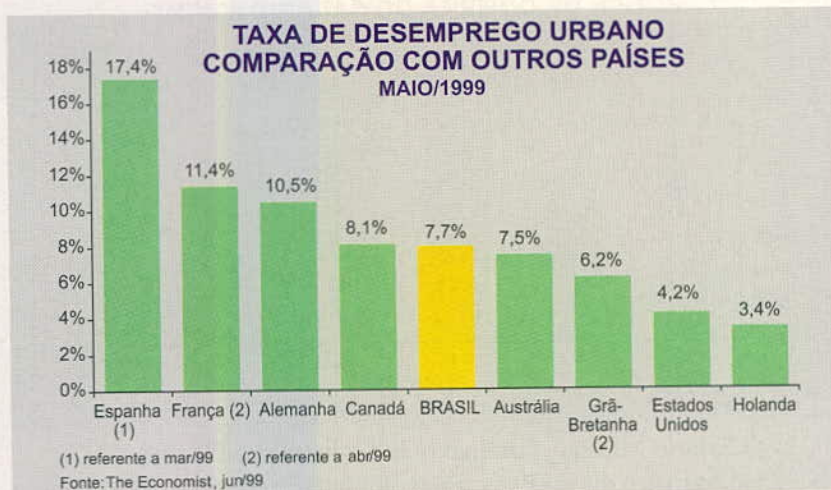
O Salário Mínimo Nominal dobrou durante o Plano Real.

No primeiro dia do Plano Real, um Salário Mínimo correspondia a apenas 60% de uma cesta básica. Em contraste, no ano de 1995, o poder de compra do salário mínimo elevou-se em 50%, passando a corresponder a 90% de uma cesta básica. Hoje, com um Salário Mínimo pode-se comprar uma cesta básica e ainda sobra dinheiro.

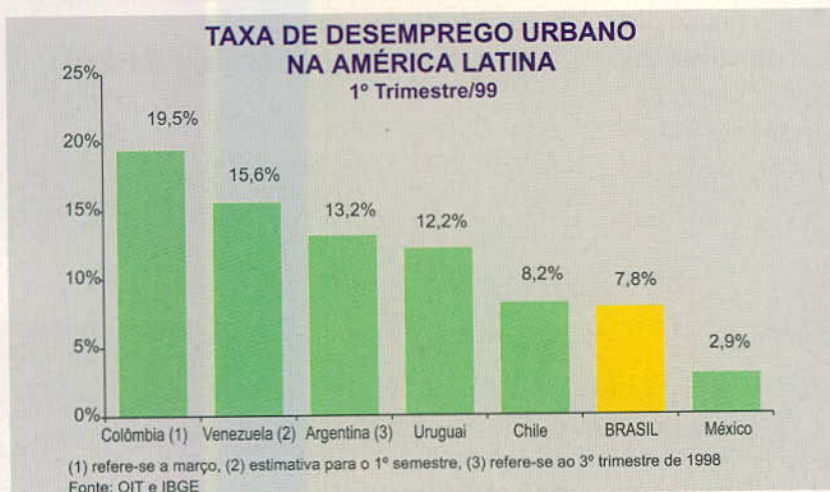


O rendimento médio real dos trabalhadores cresceu 26% com a implantação do Plano Real, considerando-se a média dos períodos pré e pós-Plano.

EMPREGO



O Brasil continua a ter taxas de desemprego urbano relativamente baixas, em comparação com as taxas vigentes nos países da OCDE.



Em comparação com os principais países da América do Sul e com o México, o Brasil apresenta a segunda menor taxa de desemprego em 1999.

BRASIL
EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO ABERTO
(EM %)

ANO	TAXA
1992	5,86
1993	5,30
1994	5,06
1995	4,64
1996	5,42
1997	5,66
1998	7,60
1999*	7,61

* Média de 12 meses até maio

Fonte: IBGE/PME

O Plano Real trouxe mudanças no mercado de trabalho. Para tornar o mercado mais flexível, e estimular a criação de empregos, o Governo está desenvolvendo dois conjuntos de políticas.

No primeiro conjunto estão aquelas de mais curto prazo. Visam a preservar o emprego e promover a criação de postos de trabalho, além de minimizar os custos de novas contratações, favorecendo não apenas os desempregados, mas também os jovens que tentam ingressar no mercado de trabalho.

Dentre essas medidas cabe destacar: a instituição do contrato por prazo determinado; a legalização do “Banco de Horas”, que permite a adequação do trabalho a variações sazonais e cíclicas da produção; a regulamentação do trabalho em tempo parcial; e a suspensão temporária do contrato de trabalho, que prevê o treinamento do trabalhador durante um prazo fixo após sua demissão.

O segundo conjunto de políticas é de maturação mais longa. Visam a modificar a legislação trabalhista, tornando-a moderna e diferente daquela que surgiu com a Consolidação das Leis do Trabalho. As mudanças têm, entre outros, os objetivos de democratizar as relações de trabalho e valorizar a representação coletiva, contribuindo para a preservação dos empregos.

As medidas já adotadas começam a surtir efeito, o que tem contribuído para a estabilização da taxa de desemprego. Em maio de 1999, a taxa de desemprego ficou em 7,7%, abaixo, portanto, da taxa de igual período do ano anterior (8,2%). A recente criação líquida de postos de trabalho, particularmente entre os trabalhadores com carteira assinada e na indústria em geral, parece sugerir que os efeitos mais agudos da crise internacional podem estar ficando para trás.

POPULAÇÃO OCUPADA POR SETOR DE ATIVIDADE REGIÕES METROPOLITANAS - (MAIO 1994/1999)

Incremento Observado no Plano Real

Indústria de Transformação	-10,4%
Construção Civil	-3,2%
Comércio	6,5%
Serviços	16,4%
Outros	-0,3%
Média Geral	6,9%

Regiões Metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte,
Porto Alegre, Salvador e Recife

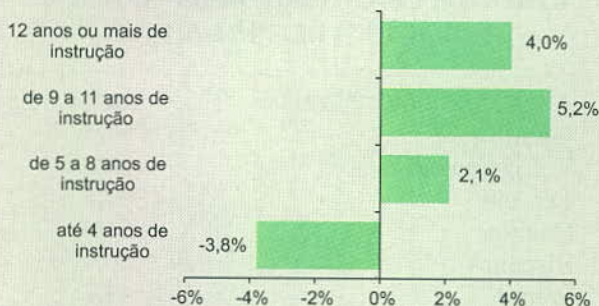
Fonte: IBGE/PME

De 1994 a 1999, a população ocupada nas seis principais regiões metropolitanas aumentou mais de 6,9%.

A redução do emprego, mais sensível na indústria de transformação, foi mais do que compensada pela criação de postos de trabalho nos setores de Serviços e de Comércio, acompanhando uma tendência mundial.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO COMBATE AO DESEMPREGO

Oferta de Postos de Trabalho
(1991 / 1998 - crescimento médio anual)
Regiões Metropolitanas*



*Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

Fonte: IBGE/PME

De 1991 a 1998, a expansão dos postos de trabalho ocorreu nas categorias mais qualificadas. Paralelamente, ocorreu uma retração de 3,8% nos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com até quatro anos de escolaridade.

Essa é uma das razões pelas quais o governo vem realizando grandes esforços para qualificar a mão-de-obra. Entre 1995 e 1998, mais de 5 milhões de trabalhadores foram qualificados pelo Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR, com a utilização de recursos de cerca de R\$ 1 bilhão.

Em função dessas mudanças, os trabalhadores de menor instrução, que em 1991 constituíam cerca de 39,0% da população ocupada, tiveram sua participação diminuída para 27,4% em 1998. Por outro lado, a participação na população ocupada total dos trabalhadores com 9 a 11 anos de instrução passou de 21,2% para 28%. Além disso, o percentual de postos de trabalho ocupados por profissionais com 12 anos ou mais de instrução passou de 14,3% para 17,4%.

CONSUMO E QUALIDADE DE VIDA

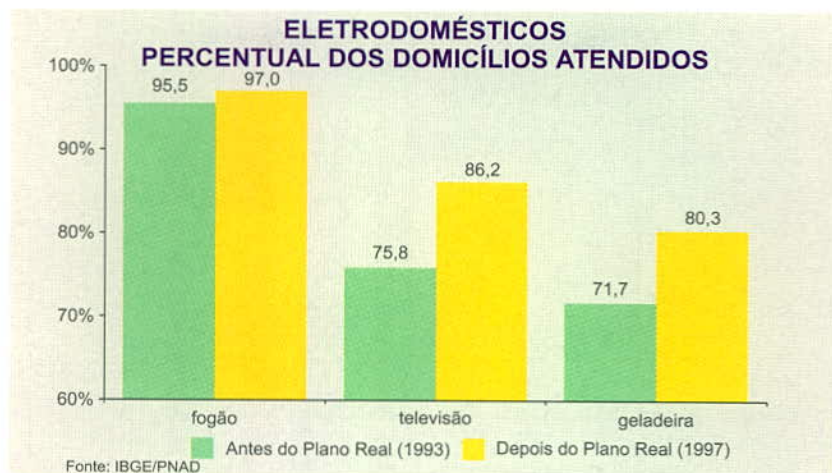
ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS - CONSUMO VARIAÇÃO % DE 1994 A 1998

Alimentos industrializados	Var %
Iogurte	90,7
Refrigerantes	88,5
Cerveja	65,3
Queijos	53,9
Biscoitos	50,0
Frango	43,2
Carne suína	33,4
Carne bovina	29,1
Pescado	4,6

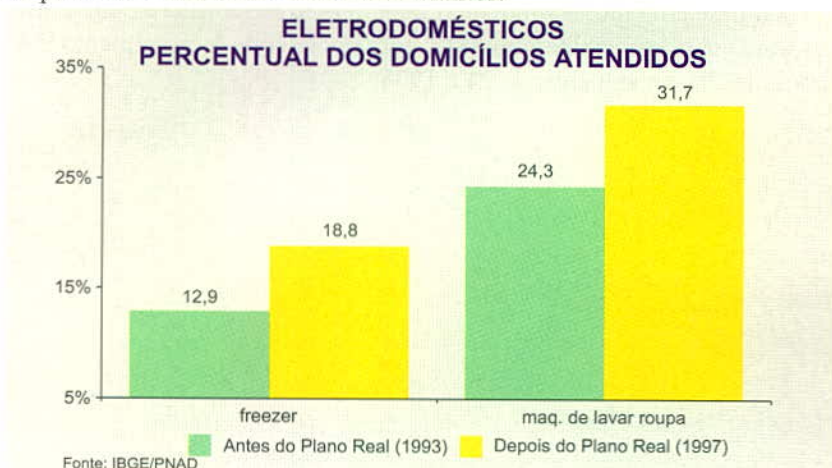
Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Alimentos - Abia

Produtos que antes eram consumidos somente pelas classes média e alta hoje estão acessíveis às camadas de menor renda, como, por exemplo, biscoitos, iogurtes e queijo.

Com a elevação da renda e a manutenção do poder de compra, o trabalhador chega a substituir produtos populares, como carne de segunda, por outros tipos de carne. O próprio consumo de carne bovina cresceu 29% nos últimos quatro anos, ou seja, um crescimento médio acima de 6% ao ano.



A população brasileira já é bem atendida em eletrodomésticos básicos, como fogão, rádio, televisão e geladeira. Com o Plano Real, melhoraram ainda mais as condições de acesso a esses bens, em consequência do aumento de poder aquisitivo da população e da redução dos seus preços em termos reais, em parte devido a maior competição, tanto entre os produtores como entre os comerciantes.



O Plano Real também propiciou a ampliação da oferta de financiamentos com maior prazo de pagamento e prestações fixas em reais. Em consequência, aumentou o nível de consumo não só das famílias de menor renda mas também da classe média.

CONSUMO NACIONAL DE CIMENTO em 1.000 toneladas



* acumulado em 12 meses até março
Fonte: Conjuntura Econômica, FGV

Após o Plano Real, a ampliação dos investimentos, bem como a redistribuição de renda e o acesso ao crédito pela população de menor renda, contribuíram para uma ampliação expressiva (superior a 40%) no consumo de cimento, estimulado também pelo fenômeno da autoconstrução. O consumo aumentou 58%, correspondendo a crescimento médio de 12,2% ao ano entre 1994 e 1998.

INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

NOVOS DOMICÍLIOS PARTICULARES ATENDIDOS

	Novos Domicílios Atendidos 1993-1997*
Abastecimento de Água (rede geral)	3,96 milhões
Esgotamento Sanitário (rede coletora)	2,20 milhões
Lixo Coletado Diretamente	5,27 milhões
Iluminação Elétrica	4,80 milhões
Telefone	4,04 milhões

* Último dado disponível

Fonte: IBGE/PNAD

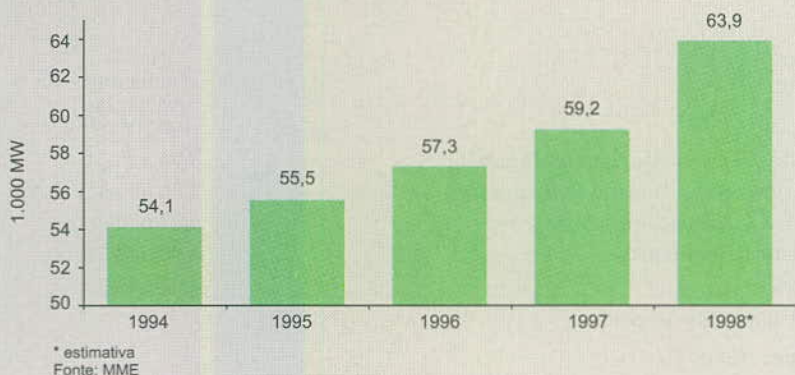
A estabilização promovida pelo Plano Real possibilitou que o Governo investisse mais na área social. Houve um incremento significativo do percentual de novos domicílios particulares atendidos por serviços de infra-estrutura básica.

Entre 1993 e 1997, ocorreram melhorias significativas na qualidade dos domicílios brasileiros: quase quatro milhões de novos domicílios foram atendidos com abastecimento de água; mais de dois milhões passaram a contar com esgotamento sanitário; e quase cinco milhões de novos domicílios passaram a ter acesso a eletricidade.

Mais de cinco milhões de novos domicílios estão contando, após o Plano Real, com coleta de lixo, e quatro milhões de famílias foram atendidas, até 1997, com a instalação de novas linhas telefônicas.

Houve queda substancial no preço das linhas telefônicas. As linhas de telefonia fixa, que custavam em média R\$ 1.117,63 em agosto de 1994, caíram para R\$ 54,67 em junho de 1999, valor que representa apenas 5% do custo anterior.

CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA



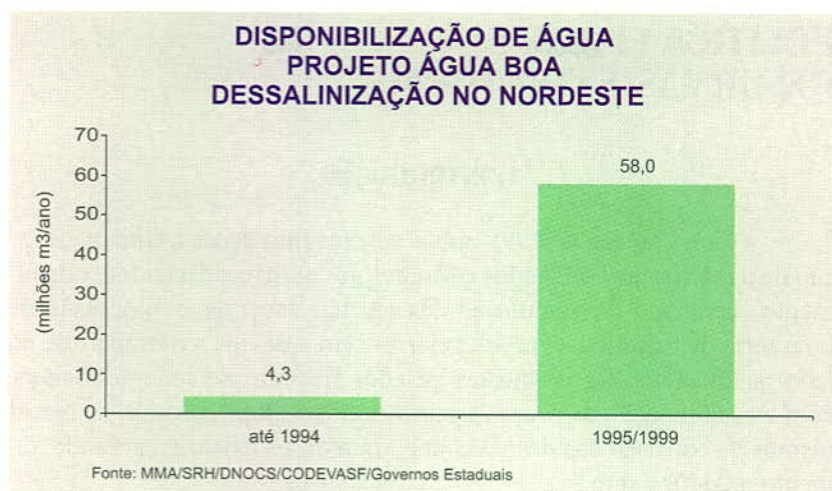
De 1994 a 1998 houve um aumento de 18% na capacidade instalada de geração de energia elétrica, ou seja, uma taxa de crescimento anual de 4,2%.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM ADUTORAS NO NORDESTE

Disponibilização de 300 milhões de m³/ano
construção de 1.600 km de adutoras



Os investimentos previstos para 1999 em adutoras no Nordeste deverão ser superiores ao total investido até 1995. Em comparação com 1998, o acréscimo deverá alcançar 25%.



A disponibilização de água (dessalinização no Nordeste) no período 1995-1999 foi equivalente a 13,5 vezes a disponibilização promovida até 1994.

POLÍTICA FISCAL E REFORMAS ESTRUTURAIS

1. INTRODUÇÃO

A Constituição de 1998 impôs severas limitações à União: elevação da participação de Estados e Municípios na arrecadação federal; aumento acentuado da vinculação das receitas federais; e concessão de uma série de benefícios previdenciários sem a devida contrapartida do lado das receitas. Os desajustes gerados ficaram plenamente visíveis com a estabilização de preços a partir do Plano Real, quando os mecanismos de corrosão das despesas deixaram de ser eficazes, gerando aumento no déficit público.

Com o Programa de Refinanciamento da Dívida dos Governos Estaduais, o Governo Federal eliminou o principal constrangimento financeiro daquela esfera de governo. O volume de dívidas acumulados no passado era significativo e seu pagamento inviabilizaria o atendimento de demandas sociais de responsabilidade dos Estados.

O auxílio do Governo Federal foi acompanhado de um amplo programa de ajustamento dos Governos Estaduais. Este ajustamento envolvia desde a modernização de seus sistemas de administração financeira e tributária até o firme compromisso de privatizar empresas estatais estaduais. Assim, além de resolver o problema das dívidas passadas, o programa em curso permitirá expressivo ganho em termos de capacidade de planejamento e controle do gasto público. Esses ganhos poderão ser revertidos para a sociedade na forma de maior eficiência e qualidade do gasto público. Um bom exemplo deste processo é o do Governo do Estado de São Paulo. Após um difícil processo de ajustamento, está agora apto a retomar os investimentos e gastos voltados para o atendimento das necessidades básicas da população do Estado.

2. REFORMAS

O Governo Federal propôs à sociedade brasileira uma série de reformas estruturais que têm como objetivos: reduzir o déficit público visível após a estabilização; obter economias importantes nos gastos com

pessoal e demais custeios; aumentar a qualidade do gasto público; e tornar o sistema tributário mais justo, racional e eficaz.

O processo de discussão das reformas acabou exigindo tempo demasiado longo, pois essas tratam de temas de grande complexidade, que envolvem interesses conflitantes e dispersos na sociedade. Além disso, como muitas propostas envolviam emendas constitucionais, sua tramitação tinha de respeitar restrições adicionais inerentes às estruturas parlamentar, partidária e federativa pós-Constituição de 1988.

3. RECUPERAÇÃO DO PAPEL DO ORÇAMENTO PÚBLICO

A estabilidade de preços permitiu recuperar o papel do orçamento como instrumento de planejamento dos gastos públicos. Agora o orçamento expressa de fato a política de gastos do Governo.

O orçamento é o principal instrumento à disposição do Poder Legislativo para intervir na política de gastos públicos. O fortalecimento do orçamento representa, portanto, o fortalecimento do próprio Poder Legislativo, condição indispensável para a manutenção do regime democrático.

A transparência do orçamento é também condição indispensável para que o Poder Legislativo possa, por meio do Tribunal de Contas da União, fiscalizar as ações do Poder Executivo

4. REFORMA ADMINISTRATIVA

A reforma administrativa aprovada pelo Congresso em junho de 1998 é de suma importância para que o Governo, em suas diversas esferas, tenha a flexibilidade necessária para fazer o ajustamento de seus quadros de pessoal. Os efeitos plenos da reforma dependem ainda da aprovação de algumas medidas complementares já enviadas ao Congresso Nacional.

Dentre essas medidas, ressaltam-se a Lei Camata e outros diplomas legais de regulamentação, que impõem limite de 60% da receita líquida para as despesas com folha de pagamento de pessoal. A obediência a esse limite é essencial para assegurar o equilíbrio das contas públicas, pois os

gastos com pessoal oneram pesadamente os orçamentos de Estados e Municípios.

5. REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A reestruturação do setor previdenciário, tanto público como privado, é de importância fundamental. Sua regulamentação tem-se pautado não só pela busca de equilíbrio nas contas da previdência mas também pelo objetivo de tornar seu financiamento mais eqüânime entre os participantes e mais justo entre os dois sistemas (trabalhadores do setor privado e servidores públicos federais, estaduais e municipais).

A Emenda Constitucional nº 20 estabeleceu regras rígidas para a concessão das aposentadorias dos servidores públicos, como a idade mínima de 53 e 48 anos, para homens e mulheres, respectivamente. Enquanto não se reduz o número de aposentadorias, a diminuição do déficit dependerá da aprovação de diplomas legais que determinem a elevação das alíquotas da contribuição previdenciária de servidores ativos e sua extensão aos inativos.

Do ponto de vista do regime de previdência dos trabalhadores do setor privado, é necessário aprofundar a reforma da previdência, tendo como diretriz geral é a maior vinculação entre os benefícios da inatividade e a contribuição realizada pelos segurados.

6. REFORMA TRIBUTÁRIA

A estabilização de preços tornou clara a necessidade de uma reforma do sistema tributário, pois desapareceu o ambiente de inflação alta e crescente que encobria as distorções da estrutura de impostos e contribuições vigentes.

Se, por um lado, a carga tributária deveria ter melhor distribuição entre os contribuintes, por outro seria necessário reduzir a sonegação fiscal. Ao mesmo tempo, deveria haver simplificação e racionalização na estrutura tributária, facilitando os procedimentos tanto para as pessoas físicas e as empresas como para os órgãos de fiscalização. Conforme essa orientação, seria necessária a redução da carga incidente sobre o processo produtivo e as exportações.

7. PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL

A estratégia de condução da política fiscal nos primeiros anos do Real foi marcada pelo gradualismo. Tal opção foi inviabilizada em virtude das crises internacionais de 1997 e 1998. Assim, foram adotadas medidas de forte impacto sobre a evolução das contas públicas e destinadas também a demonstrar o firme compromisso do Governo brasileiro com uma política econômica consistente.

As principais medidas de contenção do gasto público federal foram: estabelecimento de metas mínimas de superávit primário para o setor público consolidado; aceleração das reformas previdenciária e administrativa; criação de novos instrumentos legais capazes de promover a austeridade e a responsabilidade fiscais, inclusive nos Governos Estaduais; continuidade no esforço de privatização e concessão de serviços à iniciativa privada, com a indução à adesão de Estados e Municípios.

Assim, desde os últimos quatro meses de 1998, a política fiscal passou a basear-se no compromisso com metas mínimas de superávit primário, da ordem de 3% do PIB, com o objetivo de estabilizar, ao longo dos próximos anos, a relação entre a dívida pública e o PIB.

No campo das questões estruturais e institucionais, ainda são necessários avanços relacionados à apresentação da Reforma Tributária, ao aprofundamento da reforma previdenciária, e à aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

8. ESTADOS, MUNICÍPIOS E EMPRESAS ESTATAIS

Foram tomadas importantes medidas destinadas a restringir o endividamento adicional de Estados, Municípios e empresas públicas, por meio de empréstimos e da expansão da dívida mobiliária.

Foram renegociadas as dívidas estaduais e, em setembro de 1997, foi aprovada Lei que promove o alongamento e a redução dos encargos financeiros. Em contrapartida, os governos favorecidos por essas medidas deverão implementar programas de ajuste fiscal que promovam a geração de superávits primários e compromissos com uma trajetória de redução da relação dívida/receita líquida real. Foram criados ainda programas de colaboração com os Estados para a reestruturação

de pessoal e, mais especificamente, para o saneamento de bancos estaduais.

9. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Em abril de 1999, foi encaminhado ao Congresso Nacional Projeto de Lei que, entre outras providências, fixa limites rígidos para o endividamento público e para as despesas nas três esferas de governo, incluindo todos os seus poderes. Essa mudança institucional deverá servir de base para a consolidação do novo regime fiscal no País.

PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO

PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO 1991/1999

US\$ milhões

Setor	Número de empresas	Resultados	Dívidas transferidas	Total
Siderurgia	8	5.562	2.626	8.188
Petroquímica	27	2.698	1.003	3.701
Ferrovias	7	1.698	0	1.698
Mineração	2	3.305	3.559	6.864
Telecomunicações	25	26.970	2.125	29.095
Energia	3	3.907	1.670	5.577
Outros	16	1.401	343	1.744
Participações	0	1.040	0	1.040
Federal	88	46.581	11.326	57.907
Estadual	29	23.724	5.311	29.035
Total	117	70.305	16.637	86.942

Fonte: BNDES

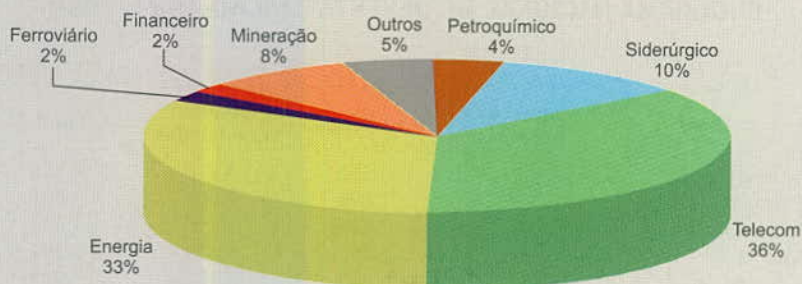
Em Maio/99

Elaboração: MF/SPE

O programa de privatizações e concessões foi fortemente impulsionado após a estabilização de preços propiciada pelo Plano Real. Resulta tanto de uma redefinição da estrutura do setor produtivo brasileiro, substituindo o antigo tripé (empresa estatal, grande empresa nacional familiar e empresa estrangeira), quanto de uma estratégia de ajuste estrutural das contas públicas.

Essa redefinição foi fundamental para desonerar o Estado do aporte de recursos para a modernização e expansão das empresas estatais. Isto é essencial numa economia aberta e inserida em ambiente internacional cada vez mais competitivo. Por outro lado, deixam de ser consumidos recursos fiscais em atividades nas quais a participação do Estado não é mais necessária, o que contribui diretamente para a obtenção de melhores resultados fiscais primários e favorece a reestruturação do gasto público em benefício dos serviços sociais básicos.

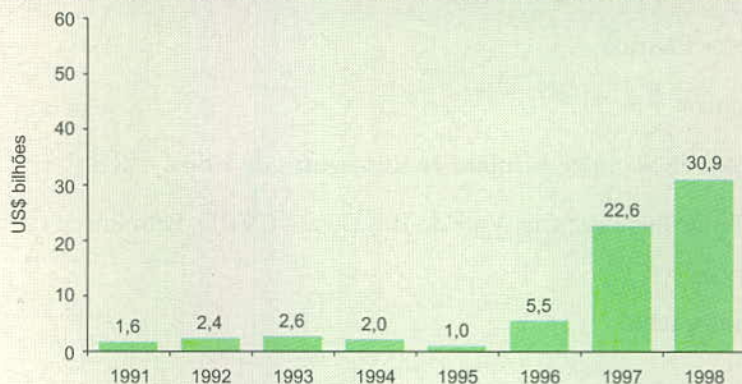
RESULTADOS POR SETOR — 1991/1999



Fonte: Ministério da Fazenda

As privatizações, restritas entre 1991 e 1995 ao universo das empresas controladas pela União no setor industrial, ampliaram-se grandemente nos últimos quatro anos. Alcançaram não apenas outros setores da economia, notadamente a infra-estrutura, a partir das reformas da ordem econômica e da aprovação da Lei de Concessões, mas também outras esferas de governo, em particular os Estados.

RECEITA DE VENDAS EXCLUINDO DÍVIDAS TRANSFERIDAS



Fonte: Ministério da Fazenda

Aspecto importante do programa de privatizações e concessões foi sua contribuição para atrair o investimento estrangeiro direto, permitindo a modernização e dinamização da economia brasileira. De um patamar anual médio de US\$ 1,2 bilhões em 1992-1993, o investimento estrangeiro direto atingiu US\$ 21,6 bilhões na média anual do período 1997-1998, equivalendo a praticamente dois terços do déficit das contas externas no mesmo período.

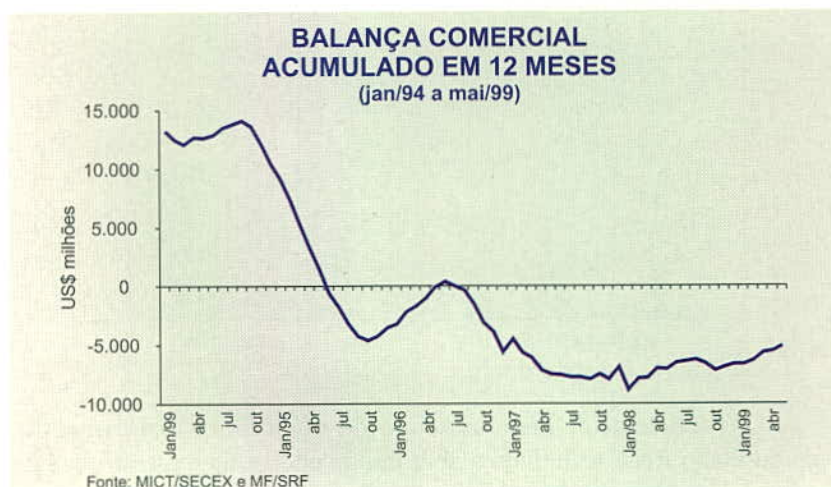
Outro aspecto importante do programa de privatização é a influência no aumento da taxa agregada de investimento, que se elevou de 14,5% do PIB no período 1991-1993 para 16,9% do PIB no período 1994-1999 (dados para 1999 equivalem à média de 4 trimestres até março).

PRÓXIMAS PRIVATIZAÇÕES

- Setor Elétrico
- Bancos
- Setor de Seguros: Instituto de Resseguros do Brasil - IRB
- Ofertas Públicas: Cia. Vale do Rio Doce - CVRD, Petrobrás e Light
- Rodovias
- Saneamento

Os maiores benefícios decorrentes do programa de privatizações consistem na retomada de investimentos em setores-chave para o desenvolvimento do País, tais como telecomunicações, energia e transportes. Essa retomada constitui processo decisivo para o rompimento de gargalos acumulados ao longo de mais de uma década. Também são importantes os ganhos de eficiência para o conjunto da economia, associados à substituição da gestão estatal pela gestão privada dos serviços de infra-estrutura e à implantação de um marco regulatório que favorece a competição entre os fornecedores desses serviços. Além disso, as receitas de privatização contribuem para reduzir o estoque de dívida pública, propiciando uma potencial diminuição do serviço da dívida.

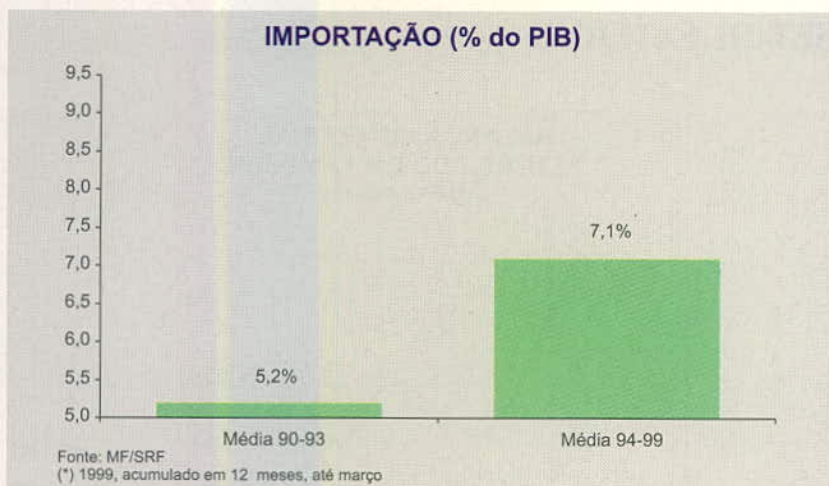
SETOR EXTERNO



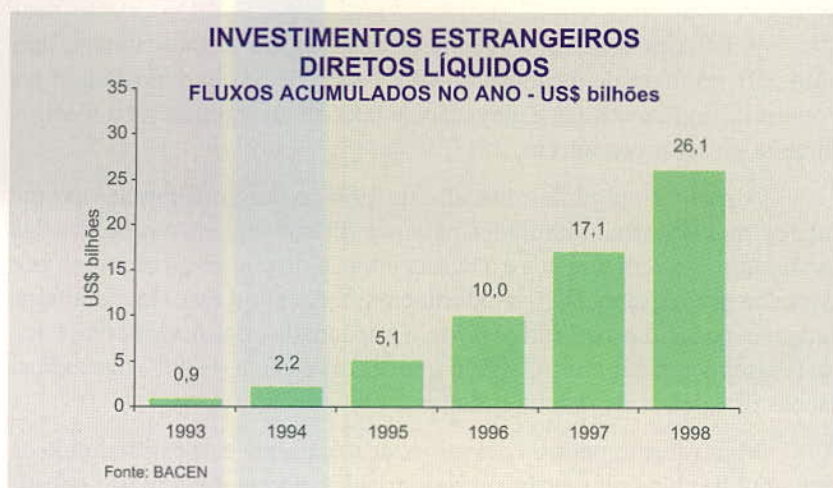
A balança comercial brasileira, medida em termos anuais, tem sido deficitária desde meados de 1995. Isso reflete sobretudo a abertura comercial do Plano Real, a elevação da taxa de investimento e a reestruturação do setor produtivo.

A partir do segundo semestre de 1998, o desempenho das exportações totais e de manufaturados passou a refletir a queda nos preços das *commodities* internacionais e a desaceleração do comércio mundial, por conta da propagação da crise internacional. A exportação de manufaturados foi particularmente afetada pelo impacto da crise na América Latina (crescimento negativo), região que absorve cerca de 40% das exportações brasileiras de manufaturados.

Mais recentemente, a desvalorização cambial está estimulando os exportadores a reconquistar e abrir mercados, e vem induzindo a substituição de importações. Esses movimentos demandam certo tempo e devem gerar bons resultados a partir da segunda metade de 1999.



O coeficiente de importação elevou-se de forma expressiva depois do Plano Real, refletindo a abertura da economia e os esforços de modernização do setor produtivo.



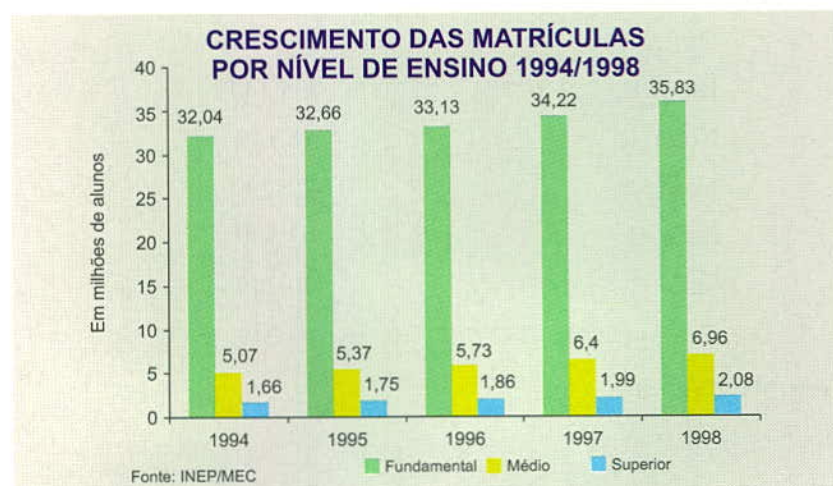
A confiança do investidor estrangeiro nas perspectivas de médio e longo prazos da economia brasileira manifesta-se claramente na crescente entrada líquida de investimentos estrangeiros diretos. De 1995 a abril de 1999, registrou-se fluxo positivo de US\$ 67,5 bilhões.



A mudança do regime cambial brasileiro em janeiro de 1999, com a adoção do câmbio livre, minimiza o risco de especulação contra a moeda brasileira, o que mitiga a necessidade de reservas para a defesa do Real.

AVANÇOS SOCIAIS

EDUCAÇÃO



As taxas de matrícula aumentaram em todos os níveis de ensino.

No período 1994/1998, o crescimento das matrículas foi 12,2% para o Ensino Fundamental, 37,3% para o Médio, e 25,5% para o Superior.

PROGRAMA TODA CRIANÇA NA ESCOLA
SEMANA NACIONAL DE MATRÍCULA
7 A 14 DE FEVEREIRO DE 1998

	nº de matrículas
BRASIL	735.147
Norte	96.115
Nordeste	426.234
Sudeste	93.300
Sul	70.249
Centro-Oeste	49.249

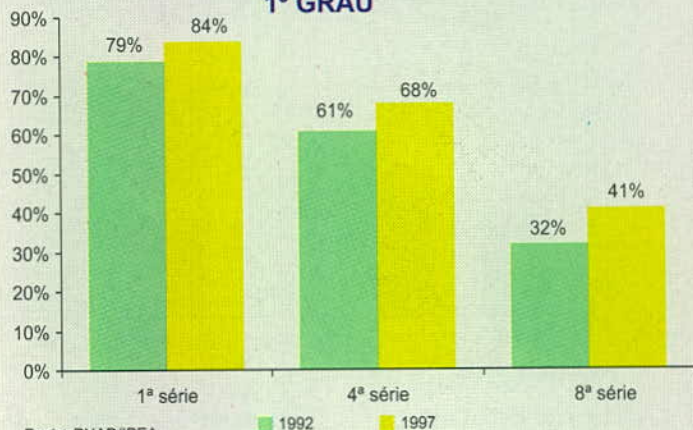
Fonte: MEC/INEP/SEEC

O crescimento das matrículas do Ensino Fundamental foi intensificado com o Programa Toda Criança na Escola. Até 1997, havia no País 2,7 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola. A expectativa era de matricular entre 300 e 400 mil crianças em 1998. A mobilização em torno do Programa teve tal sucesso que foram matriculadas 735 mil crianças, na Semana Nacional de Matrículas, de 7 a 14 de fevereiro de 1998.

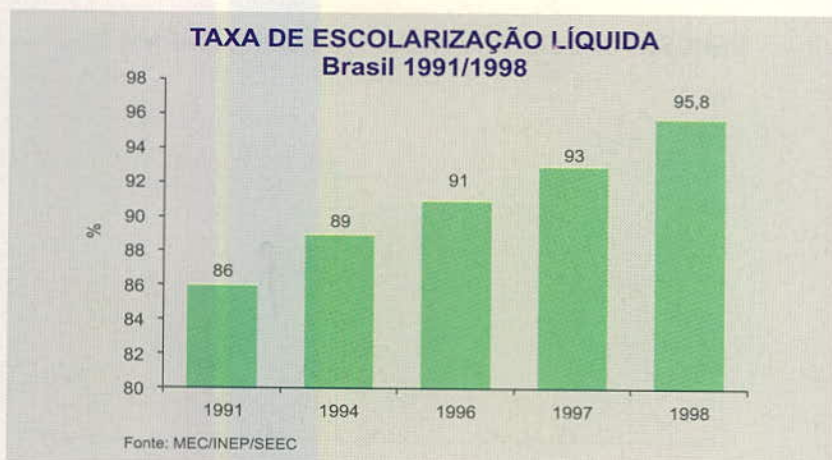
No período 1995/1998, não somente aumentou o número das matrículas, mas também cresceu a Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental. Em 1995, foi de 70,6%. Em 1997, subiu para 77,5%. Neste mesmo período, a Taxa de Reprovação caiu de 15,7% para 11,4%, e a Taxa de Abandono recuou de 13,6% para 11,1%.

No Ensino Médio, a Taxa de Aprovação saltou de 68,2%, em 1995, para 78,8%, em 1997. Neste mesmo período, a Taxa de Reprovação caiu de 10,1% para 7,5%, e a Taxa de Abandono recuou de 21,6% para 13,7%.

PERCENTUAL DE CRIANÇAS QUE CONCLUÍRAM O 1º GRAU



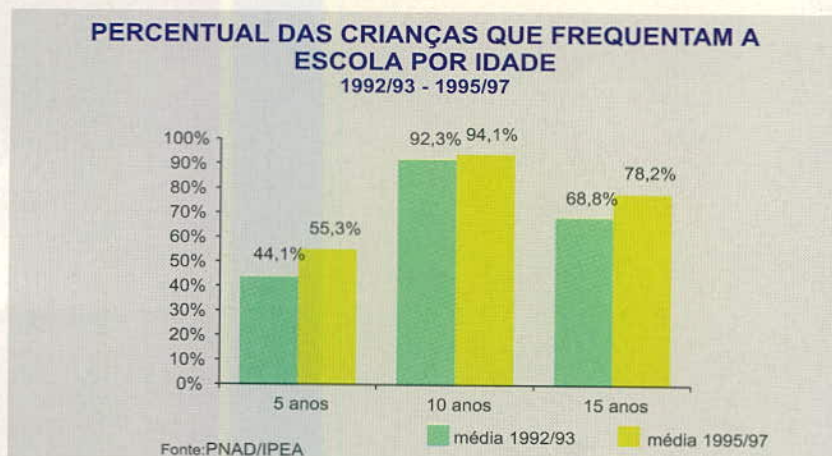
O aumento do número de matrículas e a melhoria das taxas de rendimento - sustentada pela queda das taxas de reprovação e abandono e pelo crescimento da taxa de aprovação - têm resultado num acréscimo importante do número de crianças que concluíram o ensino fundamental.



A Taxa de Escolarização Líquida identifica a parcela da população de 7 a 14 anos matriculada no Ensino Fundamental.

O substancial crescimento absoluto das matrículas no Ensino Fundamental verificado na década de 90 repercutiu favoravelmente no aumento da Taxa de Escolarização Líquida.

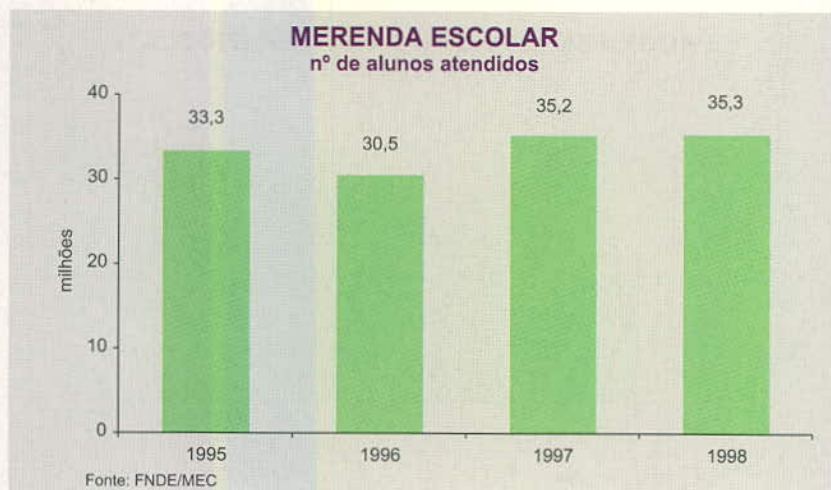
A Taxa de Atendimento Escolar, que identifica o percentual de crianças matriculadas nas escolas, independentemente do nível de ensino, atingiu 96,5%. Este percentual é equivalente ao de muitos países desenvolvidos.



Entre 1992/93 e 1995/97, houve aumento de mais de 10 pontos percentuais na média do número de crianças que frequentam a escola.



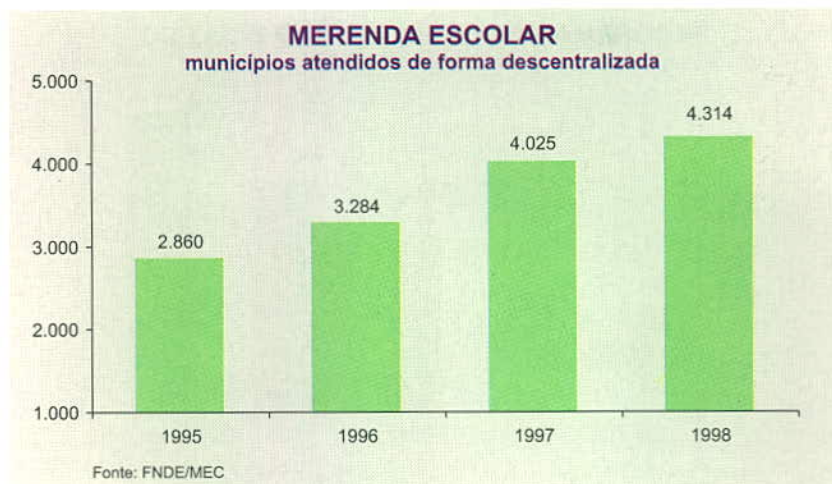
Graças ao Programa “Dinheiro Direto na Escola”, os recursos do Governo Federal são repassados às escolas diretamente, proporcionalmente ao número de alunos matriculados. Assim, os Conselhos Escolares e Associações de Pais e Mestres (APMs) passaram a ter autonomia maior na aplicação dos recursos. O número dessas Associações passou de 11.643, em 1995, para 54.591, em 1998, em função do Programa Dinheiro Direto na Escola. Isto demonstra como cresceu a participação da comunidade na educação.



É de grande relevância o Programa Nacional de Alimentação Escolar, mais conhecido como Merenda Escolar.

Criado há 40 anos, o Programa ganhou novo impulso em setembro de 1995, quando os recursos a ele destinados tiveram um aumento de 50%. Além disso, foi gradualmente descentralizado. Isso permite melhor aproveitamento dos recursos e maior adequação da merenda aos hábitos alimentares das diferentes regiões do País.

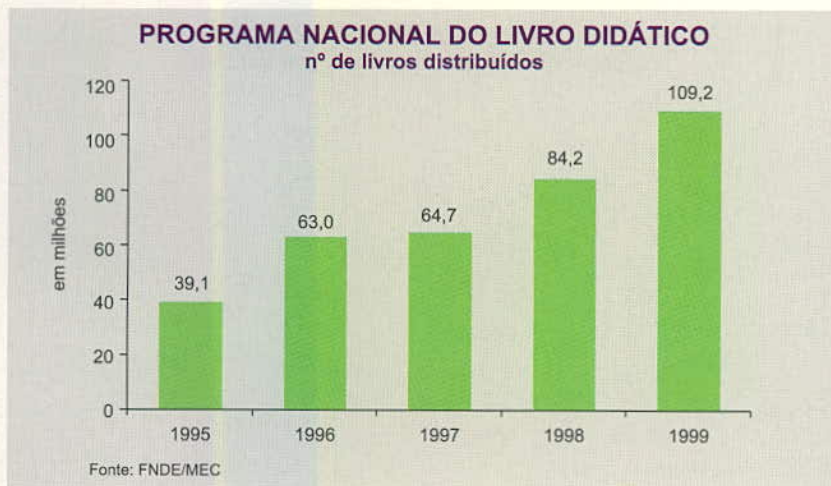
O Brasil é dos poucos países do mundo que distribuem, diariamente, merenda a mais de 35 milhões de estudantes.



A Merenda Escolar é mais um instrumento que contribui para a diminuição da evasão escolar e para a melhoria do rendimento dos alunos.

De 1996 a 1998, os recursos aplicados na Merenda Escolar aumentaram 73%.

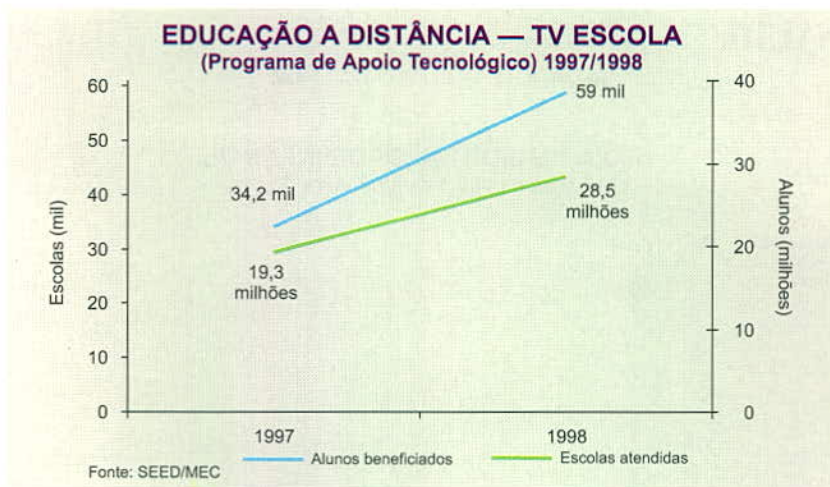
Para 1999, estão previstos R\$ 903 milhões para a Merenda Escolar, que deverá atender a cerca de 36,9 milhões de alunos em todos os 5.507 municípios brasileiros.



Um dos passos importantes para a melhoria da qualidade da educação foi a reformulação do Programa Nacional do Livro Didático. Antes de 1995, muitas vezes o livro nem chegava às escolas. Agora, os livros chegam às escolas antes do início do ano letivo.

Em 1998, foram distribuídos 84 milhões de livros didáticos. Em 1999, já foram distribuídos 109 milhões.

Em 1999, o Programa está lançando ampla campanha para a conservação do Livro Didático. Isso implicará uma economia nos recursos destinados ao Programa, além de incentivar as crianças a cuidar dos livros e a partilhá-los com outras crianças.

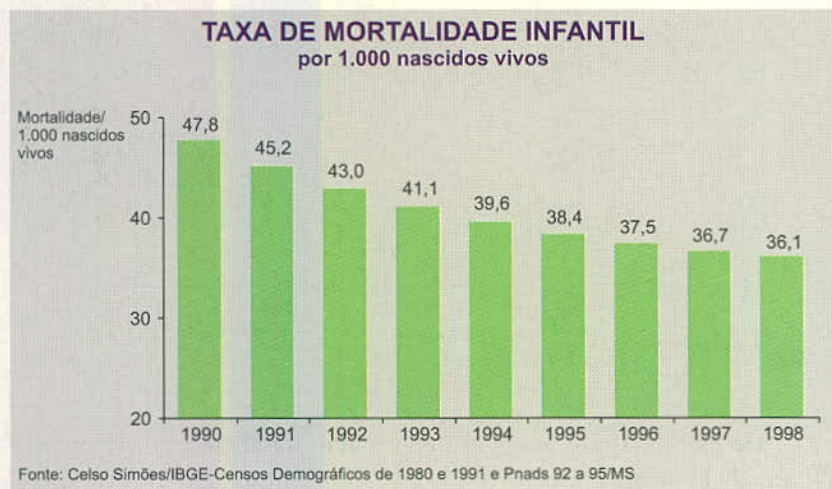


De 1997 a 1998, o número de escolas atendidas pelo Programa TV Escola aumentou 72,5%.

Este programa traduz o compromisso do Governo Federal com a qualidade e a equidade da educação brasileira e com a valorização dos profissionais que nela atuam. Seus principais objetivos são o aperfeiçoamento dos professores da rede pública e o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem.

Escolas públicas com mais de 100 alunos recebem um conjunto de equipamentos, denominado “kit tecnológico”, que lhes permite gravar rica programação diária, relativa ao currículo do Ensino Fundamental. Os programas do TV Escola são complementados por revistas, cadernos e guias, que orientam alunos e professores quanto à utilização dos programas.

No período 1995 a 1998, foram investidos no Programa TV Escola R\$ 101,5 milhões.



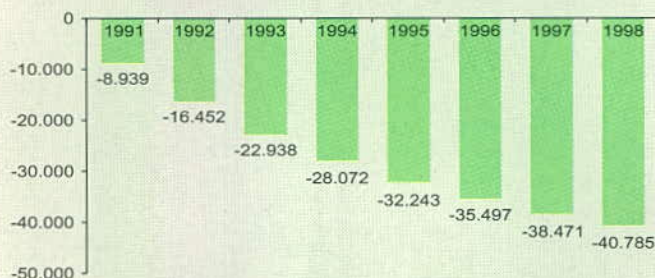
Os diferentes programas do Governo Federal na área de Saúde, Saneamento e Assistência Social têm contribuído para a redução da mortalidade infantil em todas as regiões brasileiras.

Dentre eles, destacam-se: Programa Agentes Comunitários de Saúde; Programa Saúde da Família; Projeto de Redução da Mortalidade Infantil; Programa de Saúde da Mulher e da Criança; Programa Nacional de Imunizações; Programa de Combate às Carências Nutricionais; e ampliação do saneamento básico.

Em outro levantamento de dados, realizado pela Pastoral da Criança, nos municípios por ela acompanhados, verificou-se uma redução de cerca de 46% na Taxa de Mortalidade Infantil entre 1994 e 1998.

Em 1999, a Pastoral da Criança já está atendendo 28.913 comunidades carentes, situadas em 3.105 municípios brasileiros. A média mensal de crianças menores de 6 anos acompanhadas pela Pastoral da Criança é de cerca de 1,4 milhão e a de famílias chega a quase 1 milhão.

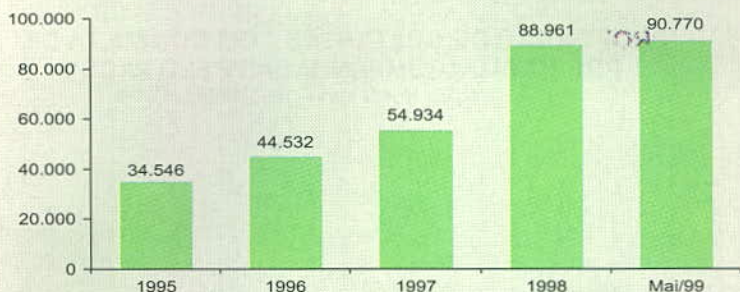
ÓBITOS DE MENORES DE 1 ANO EVITADOS DURANTE O PERÍODO DE 1991 A 1998



Fonte: Celso Simões/IBGE-Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Pnads 92 a 95/MS

Na década de 90, pouparam-se cerca de 223.398 vidas de menores de 1 ano com os Programas Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família, entre outros. A média anual dos óbitos evitados elevou-se de 19 mil, no período 1991/1994, a 37 mil, no período 1995/1998, o que representa um aumento de quase 100%.

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE nº de agentes

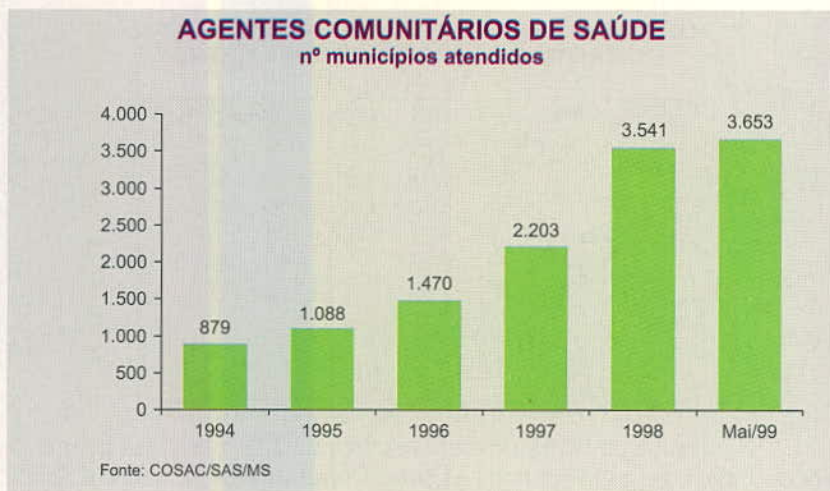


Fonte: COSAC/SAS/MS

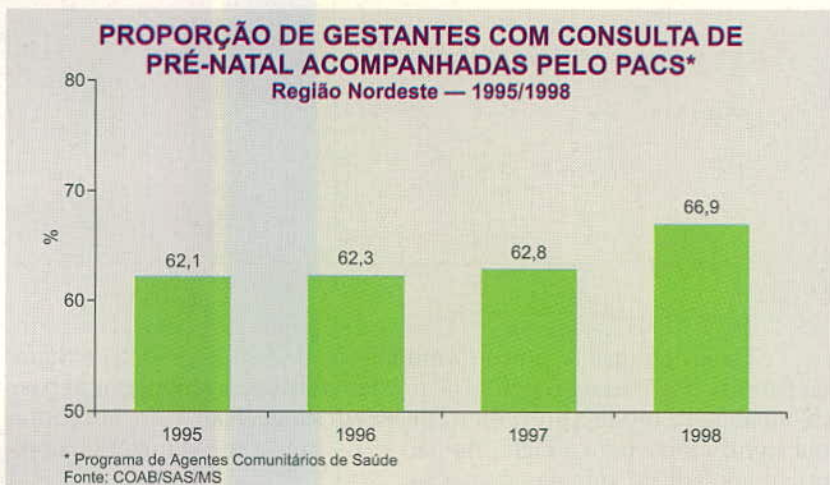
Os Programas Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e Saúde da Família (PSF) têm o objetivo de prestar assistência ambulatorial básica, atuando de modo a prevenir e educar em saúde. Isso contribui de forma significativa para a melhoria não só da saúde, mas também da própria qualidade de vida da população.

Esses programas oferecem um atendimento muito mais personalizado e próximo à população, o que significa um progresso significativo.

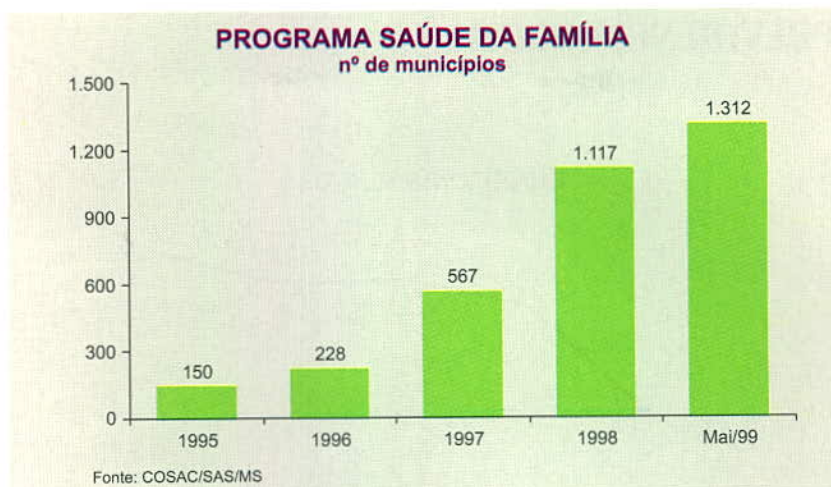
De 1995 a 1999 (maio), o número de agentes comunitários aumentou 163%.



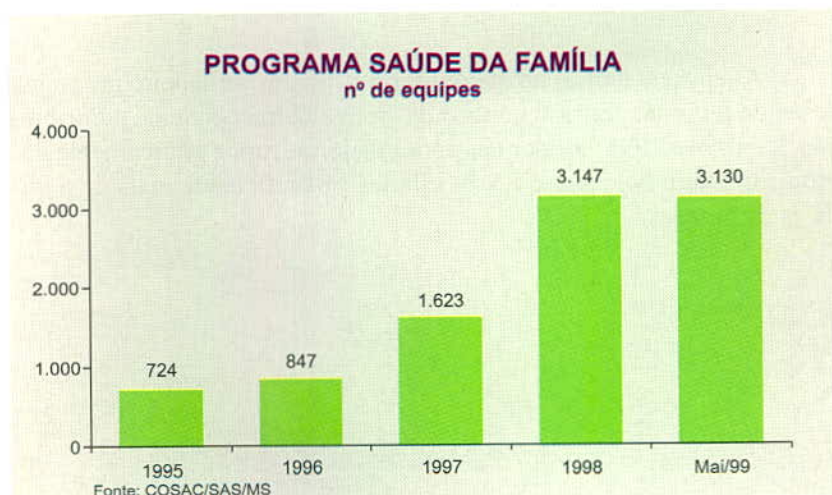
De 1994 a 1999 (maio), o número de municípios atendidos pelo PACS aumentou 315%.



Apesar das limitações existentes em termos de postos de saúde, de 1997 a 1998, registrou-se um aumento significativo na proporção das gestantes atendidas.

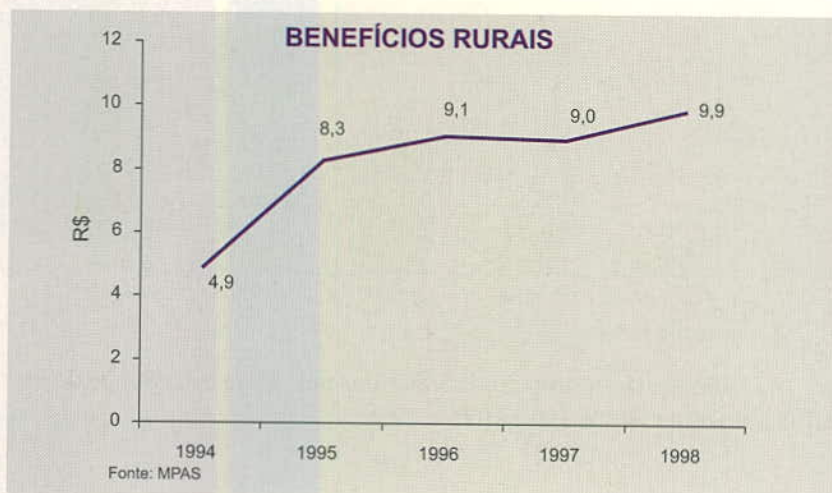


O número de municípios abrangidos pelo Programa Saúde da Família aumentou 645% entre 1995 e 1998.

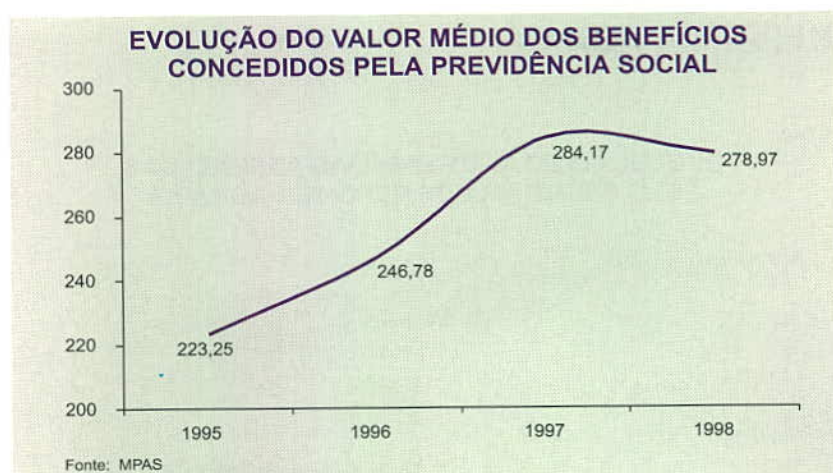


O número de equipes do Programa Saúde da Família aumentou 4,3 vezes no período 1995-1998.

PREVIDÊNCIA SOCIAL



As aposentadorias no meio rural constituem verdadeiro programa de renda mínima, pois são concedidas sem a correspondente contribuição. De 1994 a 1998, o valor das aposentadorias rurais praticamente dobrou, atingindo hoje quase R\$ 10 bilhões e beneficiando mais de 6 milhões de pessoas.



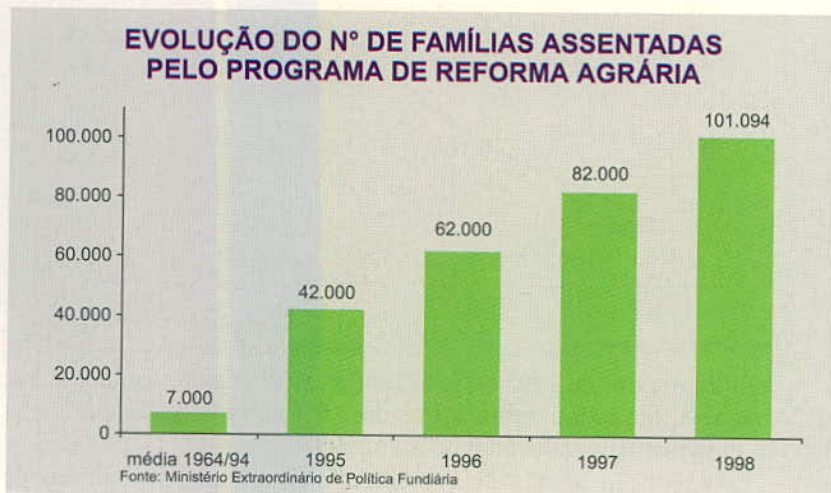
Entre os anos de 1995 e 1998, o valor médio dos benefícios subiu 25%, ou seja, um crescimento acima de 7,5% ao ano, ainda que tenha havido uma pequena redução de 2% em 1998.

Esta redução resulta do crescimento acentuado do número de aposentadorias rurais, que têm valor médio inferior ao das aposentadorias urbanas.



Em 1998, quase 850 mil idosos e deficientes receberam um salário mínimo por mês. Os recursos envolvidos no pagamento desse benefício ultrapassaram R\$ 1,13 bilhão, um montante correspondente a 6,6 vezes aquele gasto com esse tipo de benefício em 1996.

REFORMA AGRÁRIA



Com o Programa de Reforma Agrária foram assentadas 287 mil famílias entre 1995 e 1998 – mais do que nos 30 anos anteriores.

A reforma agrária está passando por grandes mudanças. Uma das novas metas é tornar mais ágil e rápida a entrega definitiva do título de propriedade aos produtores assentados. Dessa forma, eles poderão assumir a condição de agricultores familiares e integrar-se ao mercado.

Está pronto para entrar em operação o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, que vai financiar a aquisição de imóveis e as obras de infra-estrutura. Os próprios beneficiários, reunidos em associação, selecionam a terra a ser comprada, negociam o preço com o proprietário, e elaboram o projeto da atividade a ser desenvolvida. Entre outros objetivos, o Banco da Terra visa a fortalecer a fixação do homem no campo.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Estado de Comunicação de Governo

Apoio Institucional

Ministério da Fazenda
Secretaria de Política Econômica
Banco Central do Brasil
Ministério do Orçamento e Gestão

COLEÇÃO DOCUMENTOS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

EM PORTUGUÊS

1. DISCURSO DE DESPEDIDA DO SENADO FEDERAL
2. DISCURSO DE POSSE
3. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL — 1995
4. POLÍTICA EXTERNA — PRONUNCIAMENTOS (primeiro semestre de 1995)
5. POLÍTICA EXTERNA — PRONUNCIAMENTOS (segundo semestre de 1995)
6. A NOVA FASE DA PRIVATIZAÇÃO
7. CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL
8. FATOS E DADOS SOBRE O BRASIL DO REAL
9. REAL, UM NOVO COMEÇO
10. PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA
11. PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA
12. DIREITOS HUMANOS: NOVO NOME DA LIBERDADE
E DA DEMOCRACIA
13. PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO
14. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL — 1996
15. OS RUMOS PARA 1996
16. PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
17. SOCIEDADES INDÍGENAS E A AÇÃO DO GOVERNO
18. COMUNIDADE SOLIDÁRIA: TODOS POR TODOS
19. O MERCADO DE TRABALHO E A GERAÇÃO DE EMPREGOS
20. POR UM BRASIL MAIS JUSTO — AÇÃO SOCIAL DO GOVERNO
21. UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
22. PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 1995
23. BRASIL EM AÇÃO — INVESTIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO
24. POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL
25. GLOBALIZAÇÃO E OUTROS TEMAS CONTEMPORÂNEOS
26. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL — 1997
27. DOIS ANOS DE MUDANÇAS
28. REFORMA AGRÁRIA – COMPROMISSO DE TODOS
29. COMUNIDADE SOLIDÁRIA – RESULTADOS DE 2 ANOS
DE TRABALHO
30. TRÊS ANOS DE REAL
31. PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA – 1996

32. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MUDANÇA SOCIAL E EMPREGO
33. BRASIL EM AÇÃO – RESULTADOS NO PRIMEIRO ANO
34. POR QUÊ REFORMAR A PREVIDÊNCIA? LIVRO BRANCO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
35. TRABALHO INFANTIL NO BRASIL – QUESTÕES E POLÍTICAS
36. COMUNIDADE SOLIDÁRIA — TRÊS ANOS DE TRABALHO
37. TRECHOS DE PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 1997
38. NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL — DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE
39. CONSTRUINDO A DEMOCRACIA RACIAL
40. REAL: QUATRO ANOS QUE MUDARAM O BRASIL
41. PROGRAMA BRASIL EM AÇÃO — DOIS ANOS

EM INGLÊS

1. PRIVATIZATION ENTERS A NEW PHASE
2. PUBLIC SERVICE CONCESSIONS IN BRAZIL
3. THE RESULTS OF THE REAL PLAN
4. THE TELECOMMUNICATION SECTOR IN BRAZIL
5. BRAZIL 1996: FROM REFORM TO GROWTH
6. THE IMPACT OF GLOBALIZATION ON DEVELOPING COUNTRIES — RISKS AND OPPORTUNITIES
7. NATIONAL PROGRAMME ON HUMAN RIGHTS
8. TWO YEARS OF CHANGE
9. LABOR MARKET AND EMPLOYMENT GENERATION IN BRAZIL
10. AGRARIAN REFORM – BRAZIL'S COMMITMENT
11. THREE YEARS OF THE REAL PLAN – BUILDING A BETTER BRAZIL
12. BRAZILIAN NATIONAL DEFENSE POLICY
13. INTERVIEWS WITH THE PRESIDENT
14. REAL PLAN – FOUR YEARS WHICH CHANGED BRAZIL
15. BRAZIL'S MACROECONOMIC STABILITY PROGRAM 1999-2001
16. BRAZIL'S MACROECONOMIC OUTLOOK

EM FRANCÊS

1. SOCIÉTÉS INDIGÈNES ET L'ACTION DU GOUVERNEMENT
2. COMMUNAUTÉ SOLIDAIRE: TOUS POUR TOUS
3. PROGRAMME NATIONAL DES DROITS DE L'HOMME

4. BRÉSIL: DES RÉFORMES À LA CROISSANCE
5. DEUX ANNÉES DE CHANGEMENTS
6. TROIS ANS DE REAL – LA CONSTRUCTION D'UN BRÉSIL MEILLEUR

EM ESPANHOL

1. BRASIL, 1996 DE LAS REFORMAS AL CRESCIMIENTO
2. PROGRAMA NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS
3. DOS AÑOS DE CAMBIOS
4. EL MERCADO DE TRABAJO Y LA GENERACIÓN DE EMPLEOS
5. ENTREVISTAS CON EL PRESIDENTE
6. REAL: CUATRO AÑOS QUE TRANSFORMARON A BRASIL

Cópias adicionais desta publicação podem ser solicitadas à
Presidência da República
Secretaria de Estado de Comunicação de Governo
Esplanada dos Ministérios, bloco A, 6º andar
Telefones: (061) 411-4834 e 411-4837
Fax: (061) 321-2230
Brasília, DF
CEP: 70054-900
Consulte, também, nossa página na Internet:
<http://www.planalto.gov.br>

ESTA OBRA FOI FORMATADA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70610-460, BRASÍLIA, DF,
EM 1999, COM UMA TIRAGEM
DE 10.000 EXEMPLARES



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO

